



TERMO DE CONTRATO N. 005/2022-SEHAB
PROCESSO ELETRÔNICO (SEI) Nº 6014.2021/0003144-9

CONCORRÊNCIA Nº 08/13/2012-SEHAB

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

CONTRATADA: CONSÓRCIO SOEBE- ETAMA, inscrito no CNPJ n. 44.391.882/0001-39, constituído pelas empresas: SOEBE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO S/A, inscrita no CNPJ 43.677.822/0001-14 e CONSTRUTORA ETAMA LTDA, inscrita no CNPJ 03.867.171/0001-00.

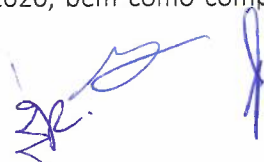
OBJETO: Contratação de REMANESCENTE de obra por Dispensa de Licitação nos termos do artigo 24, inciso XI da Lei Federal 8.666/93, para: executar todos os SERVIÇOS E OBRAS REMANESCENTES do Contrato nº 029/2012-SEHAB, referente a EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA DE SANEAMENTO, PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS EM ÁREAS DEGRADADAS DE MANANCIAL HÍDRICO DAS BACIAS GUARAPIRANGA E BILLINGS, URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS PRECÁRIOS – LOTE 08, NO ÂMBITO DA COORDENADORIA DE HABITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB, INTEGRADA PELA SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR – HABI, PELO PROGRAMA MANANCIAIS E PELO DEPARTAMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO – RESOLO.

VALOR DESTA CONTRATAÇÃO REMANESCENTE de obra é de: R\$ 358.576.234,16 (trezentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e setenta e seis mil, duzentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos).
Data base: Julho/2012.

PRAZO DE VIGENCIA: 36 (trinta e seis) meses, a contar da data constante na Ordem de Início.

MODALIDADE: Contratação de REMANESCENTE de obra por Dispensa de Licitação nos termos do artigo 24, inciso XI da Lei Federal 8.666/93.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB, inscrita no CNPJ n. 46.392.106/0001-89, situada na Rua São Bento, n. 405, 11º andar, sala 111-A, Sé, São Paulo – SP, CEP.: 01.011-100, neste ato representada pela senhora **ELISABETE FRANÇA, Secretária Executiva do Programa Mananciais - SEHAB**, no exercício das atribuições conferidas pelo Título de nomeação n.º 837, de 31 de dezembro de 2020, bem como competência





estabelecida por meio do Decreto n. 60.531, de 13.09.2021, publicada no DOC de 14.09.2021, doravante denominada “CONTRATANTE”, e, de outro lado, o CONSÓRCIO SOEBE-ETAMA, inscrito no CNPJ n. 44.391.882/0001-39, com sede na Avenida Friedrich Von Voith, n. 1.831, galpão 9, Jaraguá, São Paulo – SP, CEP.: 02.995-000, constituído pelas empresas:

SOEBE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO S.A, (empresa Lider, com 72% de participação), inscrita no CNPJ n. 43.677.822/0001-14, com sede na Avenida Friedrich Von Voith, n. 1.831, galpão 9, Jaraguá, São Paulo – SP, CEP.: 02.995-000, neste ato representada pelo sr. MICHEL MATILDE DE NOVAES, brasileiro, contador, portador da cédula de Identidade RG n. 30.899.699-9 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF n. 221.568.768-19 e/ou por seu suplente sr. CLÁUDIO ANTONIO VIZIOLLI, brasileiro, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG n. 15.518.550- SSP/SP e inscrito no CPF/MF n. 082.362.648-23, e

CONSTRUTORA ETAMA LTDA, (com 28% de participação), inscrita no CNPJ 03.867.171/0001-00, com sede na Rua Itapeva, n. 574, cj. 81-B, Cerqueira Cesar, São Paulo – SP, CEP.: 01.332-000, neste ato representada pelo sr. JORGE LUIS BONFIM LEITE, brasileiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n. 714.919-02 – SSP/BA e inscrito no CPF/MF n. 130.917.435-00 e/ou por seu suplente sr. JOSÉ EDUARDO MAGALHÃES GONÇALVES, brasileiro, engenheiro civil, Diretor Técnico, portador da cédula de Identidade RG n. 00.621.366-90 – SSP/BA e inscrito no CPF/MF n. 079.737.135-49, ambos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo – SP, doravante denominada “CONTRATADA”, nos termos do artigo 24, inciso XI da Lei Federal 8.666/93, lavram o presente contrato para executar todos os SERVIÇOS E OBRAS REMANESCENTES do Contrato nº 029/2012-SEHAB, referente a EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA DE SANEAMENTO, PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS EM ÁREAS DEGRADADAS DE MANANCIAL HÍDRICO DAS BACIAS GUARAPIRANGA E BILLINGS, URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS PRECÁRIOS – LOTE 08, NO ÂMBITO DA COORDENADORIA DE HABITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB, INTEGRADA PELA SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR – HABI, PELO PROGRAMA MANANCIAIS E PELO DEPARTAMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO – RESOLO, conforme Despacho Autorizatório da Secretária Executiva do Programa Mananciais/SEHAB, constante no Doc. (SEI 055909251), no exercício das atribuições conferidas pelo Título de nomeação n. 837, de 31 de dezembro de 2020, bem como competência estabelecida por meio do Decreto n. 60.531, de 13.09.2021, publicada no DOC de 14.09.2021, sujeitando-se às normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Municipal n. 13.278/02, Decreto Municipal n. 44.279/03 e do EDITAL DE CONCORRÊNCIA N. 08/13/2012-SEHAB, bem como da PROPOSTA DA ADJUDICATÁRIA e de conformidade com as seguintes Clausulas:





CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA obriga-se a executar todos os SERVIÇOS E OBRAS REMANESCENTES do Contrato nº 029/2012-SEHAB, referente a EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA DE SANEAMENTO, PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS EM ÁREAS DEGRADADAS DE MANANCIAL HÍDRICO DAS BACIAS GUARAPIRANGA E BILLINGS, URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS PRECÁRIOS – LOTE 08, NO ÂMBITO DA COORDENADORIA DE HABITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB, INTEGRADA PELA SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR – HABI, PELO PROGRAMA MANANCIAIS E PELO DEPARTAMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO – RESOLO, conforme Planilha Orçamentária de serviços a executar, constante Doc. (SEI 055150231 – página 112 a 129).

1.2. Os serviços serão executados conforme descritos e caracterizados nos Anexos do Edital de Concorrência n. 08/13/2012 - SEHAB, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, nas mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido, nos termos do inciso XI, do artigo 24 da Lei 8.666/93.

1.3. Poderão constituir objeto do presente, outros serviços pertinentes ao escopo ora contratado e cuja execução tenha implicação direta com aqueles de responsabilidade da CONTRATADA.

1.4. A prestação dos serviços objeto deste Contrato se fará por meio da emissão da Ordem de Início de Serviços, a qual passa a fazer parte integrante deste Contrato.

1.5. Para melhor caracterização dos serviços, bem como para melhor definir e explicitar as obrigações ora contratadas integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, exceto no que de forma diferente ficar aqui estabelecido, para todos os efeitos de direito os seguintes documentos relacionados nos subitens abaixo:

1.5.1. PLANILHAS ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS A EXECUTAR, Doc. (SEI 055150231 – página 112 a 129) e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, Doc. (SEI 060314882).

1.5.2. DOCUMENTOS DE PROJETO, DESENHOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS, constantes no Doc. (SEI 054500332 – página 62 a 221) e Doc. (SEI 054573015 – página 02 a 52), às quais se encontram às (fls. 961 a 1.171 – do Processo Administrativo n. 2011-0.358.998-5).

1.5.3. TERMO DE REFERENCIA, consta no Doc. (SEI 054480763 – página 161 a 191).





1.5.4. NORMAS DE EXECUÇÃO, constante no Doc. (SEI 054499798 – página 40 a 301) e (Doc. SEI 054500187 – página 02 a 187).

1.5.5. NORMAS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO, constante no Doc. (SEI 054500187 – página 188 a 301) e Doc. (SEI 054500332 – página 02 a 60).

1.5.6. PROPOSTA DE PREÇOS apresentada pela CONTRATADA em atendimento ao Edital de Concorrência n. 08/13/2012-SEHAB.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA, PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Para todos os fins e efeitos legais, o presente Contrato terá o prazo de **36 (trinta e seis) meses**. Sua vigência iniciar-se-á a partir da data fixada na Ordem de Início de Serviços, a ser expedida pela SECRETARIA EXECUTIVA DO PROGRAMA MANANCIAIS - SEHAB, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2.2. A exclusivo critério da CONTRATANTE, a execução dos serviços poderá ser autorizada em partes, mediante a emissão de Ordem Parcial de Serviços.

2.3. A inobservância dos prazos estipulados no presente Contrato somente será admitida pela CONTRATANTE, quando fundamentada nos motivos elencados na Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores, Lei Municipal n. 13.278/02 e Decreto Municipal n. 44.279/03, que deverão ser comprovados, sob pena da CONTRATADA incorrer em multa, consoante a CLÁUSULA SEXTA - PENALIDADES E MULTAS.

2.3.1. Os atrasos justificados e comprovados pela CONTRATANTE serão devidamente considerados.

2.4. O regime de execução dos serviços é de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E REMUNERAÇÃO DO CONTRATO

3.1. O valor global dos serviços objeto do Contrato rescindido n. 029/2012-SEHAB é de R\$ **388.866.696,75** (trezentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos), na data base de julho/2012, conforme Despacho autorizatorio, constante no Doc. (SEI 055023164 – página 228), e Termo de Contrato Doc. (SEI 055023428 – página 2 a 16)



3.1.1 O valor global dos serviços objeto deste Contrato Remanescente é de R\$ 358.576.234,16 (trezentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e setenta e seis mil, duzentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), na Data base: Julho/2012, conforme Planilha Orçamentária de serviços a executar, constante no Doc. (SEI 055150231 – página 112 a 129), bem como, Despacho autorizador Doc. (SEI 055909251).

3.1.2 Para o presente exercício, foram empenhados recursos por meio da Nota de Empenho n. 29969, emitida em 24.03.2022, no valor total de R\$ 687.316,70 (seiscentos e oitenta e sete mil, trezentos e dezesseis reais e setenta centavos), Doc. (SEI 060473923), e Nota de Empenho n. 29971, emitida em 24.03.2022, no valor de R\$ 812.683,30 (oitocentos e doze mil, seiscentos e oitenta e três reais e trinta centavos), Doc. (SEI 060474039), totalizando o montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Tais notas de empenho oneram a dotação n.º 86.14.16.482.3005.3355.4.4.90.51.00.03, nos termos da legislação vigente.

3.2. O valor global dos serviços objeto deste Contrato, referido no item 3.1.1, corresponde ao valor global da Planilha Orçamentária de serviços a executar, constante no Doc. (SEI 055150231 – página 112 a 129).

3.3. O serviço objeto deste Contrato será remunerado por preço unitário, conforme a Planilha Orçamentária a que se refere o subitem 1.5.1. deste Contrato, de acordo com os serviços efetivamente executados, medidos e aceitos, em conformidade com as Normas de Medição e Pagamento a que se refere o subitem 1.5.5.

3.4. Eventuais serviços não previstos e imprescindíveis ao bom andamento dos trabalhos serão remunerados conforme os preços propostos pela CONTRATADA e aprovados pela CONTRATANTE, buscando sempre o menor preço, entre as tabelas oficiais (SIURBI - infraestrutura e edificações) e cotações de mercado, mediante termo de aditamento ao contrato. Poderão ser utilizadas, a critério da CONTRATANTE, tabelas oficiais de outros órgãos municipais, estaduais e federais para remuneração de serviços que não constem das tabelas oficiais da PMSP.

3.4.1. Inclusão de preços: no caso de serviços extra-contratuais constantes das Tabelas Oficiais, SSO e SIURB, o preço a ser considerado é calculado da seguinte forma:

$$P_o = \frac{P}{K} \text{ truncado com duas casas, } K = \frac{I}{I_o} \text{ truncado com quatro casas}$$





Sendo:

P = custo do serviço a incluir extraído da tabela SIURB, SSO

P₀ = custo do serviço na data-base do contrato

K= fator de retroação

I = índice "Edificações" definido por Portaria da Secretaria de Finanças da PMSP, correspondente à data de publicação das Tabelas SIURB ou SSO.

I₀ = INDICE "Edificações" definido por portaria da Secretaria de Finanças da PMSP, correspondente a data base do contrato.

3.4.2. Para os casos de serviços não constantes das tabelas oficiais, a CONTRATADA deverá elaborar a solicitação de aprovação da Composição de Preço Unitário utilizando os insumos, mão-de-obra e equipamentos constantes das Tabelas Oficiais SIURB: na ausência destes itens na Tabelas da SIURB, utilizar as de outros órgãos municipais, estaduais ou federais, obedecendo ao Princípio de Vantajosidade para o município, retroagindo para a data-base do contrato conforme procedimento de Inclusão, utilizando-se como parâmetro "I", neste caso, o último índice publicado anteriormente à data da cotação.

3.5. A remuneração dos serviços objeto do presente Contrato será efetuada através de medições mensais dos serviços executados, mediante solicitação da CONTRATADA, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro a que se refere o subitem 1.5.1.

3.5.1. O valor da medição será apurado no primeiro dia útil posterior ao da execução dos serviços, com base nas Normas de Medição e Pagamento a que se refere o item 1.5.5. deste Contrato. A primeira medição será efetuada entre o dia da emissão da Ordem de Serviços e o último dia do mesmo mês correspondente.

3.5.2. A quantificação dos serviços executados em cada período de medição será realizada e apresentada pela CONTRATADA para conferência e aprovação da CONTRATANTE ou seus prepostos.

3.5.3. A apresentação dos dados a que se refere o item 3.5.2 deste contrato deverá ser efetuada pela CONTRATADA, para a CONTRATANTE ou seus prepostos, até o quinto dia útil do mês posterior ao mês de execução dos serviços.

3.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da Contratada no BANCO DO BRASIL S/A., conforme Decreto n. 51.197 de 22/01/10, em estrita observância da ordem



cronológica de entrada dos respectivos processos no Departamento do Tesouro da Secretaria de Finanças, na forma da Portaria 45/94 - SF.

3.6.1. A CONTRATADA deverá estar ciente de que a existência de registro no CADIN impedirá o pagamento do contrato, nos termos do disposto no Inciso II, do Artigo 3º da Lei 14.094/05.

3.7. Todas as medições relativas a este Contrato terão seus pagamentos efetuados no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela na forma da Portaria n.45/94-SF.

3.7.1. Durante o período de aferição, caso venha a ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência deste prazo ficará interrompida, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que forem cumpridas as providências.

3.8. A solicitação de pagamento das medições deverá vir acompanhada de documentação contratual atualizada, relatórios específicos dos serviços e demais documentos definidos pela CONTRATANTE.

3.9. Todas as faturas deverão ser apresentadas em 2 (duas) vias, juntamente com comprovação pela CONTRATADA do recolhimento das importâncias devidas ao FGTS, relativas às faturas anteriores.

3.10. Serão efetuadas as retenções referentes ao INSS na forma da legislação federal e ao ISS na forma da legislação municipal.

3.11. A última medição só será liberada após a emissão do Termo de Recebimento Provisório do Objeto.

3.11.1. A última medição não poderá ser inferior a 1,0% do valor do contrato e, para todos os efeitos, será considerada como referente aos serviços executados entre a data do Recebimento Provisório do objeto contratual e a data da medição anterior.

3.12. A liberação do pagamento da primeira medição ficará condicionada ao efetivo início da implantação do canteiro de obras, e do escritório de fiscalização, apresentação do Plano de Trabalho, cronograma físico e Plano da Qualidade e à colocação das placas de obra, com modelo e medidas definidas pela CONTRATANTE, e a apresentação do Registro da CEI junto ao INSS.

3.13. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de responsabilidade pelos serviços executados ou implicará a aceitação dos mesmos, cuja aprovação dependerá das condições estabelecidas na cláusula décima primeira deste contrato.





3.14. As condições pactuadas poderão ser alteradas por ulterior edição de normas Federais ou Municipais.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. Os preços contratuais serão reajustados a cada 12 meses em conformidade com o estabelecido na Lei Federal N.º 10.192 de 14/02/01. Na hipótese de reajustamento, o índice estabelecido será de: "Edificações em Geral" para as obras referentes a unidades habitacionais; "Pavimentação Tráfego Leve" para as obras referentes à urbanização, e "Consultoria" para os serviços de elaboração de projetos e acompanhamento social - publicados pela SF, em conformidade com o Decreto n.º 25.236 de 29/12/87. O reajuste será calculado pela seguinte fórmula:

$$R = Po (I - I_0) / I_0$$

Onde:

R = valor do reajuste.

Po = preço a reajustar, referente à medição do período.

I = índice específico definido por Portaria da Secretaria das Finanças da PMSP, nos termos do Decreto nº 25.236 de 29/12/87, referente ao 12º mês, contados a partir da data base da proposta.

I₀ = mesmo índice, porém referente ao mês da data base da proposta

4.2. O marco inicial para cômputo do período de reajuste será a data base da proposta, nos termos do que dispõe a Lei Federal n. 10.192/2001.

4.3. Caso não seja conhecido o índice do mês da efetiva execução dos serviços para fechamento da medição mensal, será adotado o último índice publicado. Após a obtenção do índice relativo ao mês da medição, será processado novo cálculo de reajustamento, onde a diferença constatada, conforme seja, será corrigida através de débito ou crédito em faturamento posterior.

4.4. As condições pactuadas poderão ser alteradas por ulterior edição de normas Federais ou Municipais.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. Em garantia à fiel e regular execução do presente ajuste, a CONTRATADA procederá ao recolhimento relativo a 5% do valor contratual no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de assinatura do contrato.





5.2. A Garantia Contratual será devolvida, desde que não haja pendência a solucionar, mediante solicitação por escrito da CONTRATADA, após o Termo de Recebimento Definitivo das obras.

5.2.1. Para a devolução da Garantia Contratual, a CONTRATADA deverá comprovar a inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária da CONTRATANTE.

5.2.2. Caso exista(m) ação(ões) distribuída(s) na Justiça do Trabalho que possa(m) implicar na responsabilidade subsidiária da CONTRATANTE, o prazo da Garantia Contratual poderá ser prorrogado para além do prazo inicialmente previsto de execução do contrato.

5.3. A Garantia Contratual, quando em dinheiro, será devolvida atualizada monetariamente.

5.4. A CONTRATANTE poderá descontar do valor da Garantia Contratual toda importância que a qualquer título lhe for devida pela CONTRATADA, inclusive por causa de aplicação de multa(s), previstas nas Cláusulas Sexta e Sétima.

5.4.1. Ocorrendo o desconto no decorrer do prazo contratual, a Garantia Contratual deverá ser complementada no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data do recebimento de notificação escrita.

5.5. A Garantia Contratual deverá ser complementada sempre que houver alteração do valor contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E MULTAS

6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções legalmente estabelecidas nos termos do Artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

6.2. A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as multas a seguir relacionadas, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

6.2.1. 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor contratual, por dia de atraso, até o limite de 1,5% (um vírgula cinco por cento), caso não sejam cumpridas as obrigações estipuladas no item 7.1.8.

6.2.2. 1,0% (um por cento) do valor mensal, previsto no cronograma integrante das Ordens Parciais de Serviços de cada área integrante da obra, caso não seja cumprida a programação mensal, a que se refere o subitem 7.1.23.





6.2.3. 1,0% (um por cento) do valor dos serviços não aceitos por inobservância das determinações da Fiscalização feitas no Diário de Obras, e em desacordo com projetos e normas técnicas.

6.2.4. 5,0% (cinco por cento) do valor contratual nos casos de inexecução parcial do Contrato.

6.2.5. Quando a soma das multas aplicadas através dos itens 6.2.1, 6.2.2, 6.2.3 e 6.2.4 atingir 15% (quinze por cento) do valor contratual, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá rescindir o Contrato.

6.2.6. 10% (dez por cento) do valor contratual no caso de inexecução total, que se caracterizará pelo não início das obras no prazo de 30 (trinta dias), a contar da emissão da Ordem de Início, ou se provocar a Rescisão do Contrato sem causa ou motivo legal.

6.2.7. As multas serão aplicadas sem prejuízo de rescisão de Contrato por motivo de inadimplência e a aplicação de uma não excluirá a de outra, desde que compatíveis entre si.

6.3. As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a ser efetuado à CONTRATADA, nos termos do parágrafo único do artigo 55 do Decreto Municipal n. 44.279/03, podendo, conforme o caso, serem inscritas para constituir dívida ativa, na forma da Lei, ficando, nessa hipótese, sujeitas à execução fiscal.

6.4. As multas previstas nesta Cláusula não têm caráter compensatório, mas meramente moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato venha a acarretar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA, além das responsabilidades previstas neste Contrato e nos documentos relacionados no item 1.5., que o integram, obriga-se a:

7.1.1. Submeter à CONTRATANTE previamente, o plano do canteiro de obras e o projeto do escritório da fiscalização, devidamente detalhado.

7.1.2. Mobilizar, instalar, após a aprovação pela CONTRATANTE, e manter o canteiro de obras.

7.1.3. Providenciar a colocação, em local visível na obra, desde a instalação do canteiro, de placas das obras, de acordo com o modelo fornecido pela CONTRATANTE.

7.1.4. Providenciar e manter os seguintes seguros:



7.1.4.1 Risco de responsabilidade civil do construtor;

7.1.4.2. Contra acidentes de trabalho;

7.1.4.3. Riscos diversos de acidentes físicos da obra, além de outros exigidos pela legislação pertinente.

7.1.5. As despesas decorrentes de acidente de trabalho, incluindo as relativas aos empregados de subcontratadas, não cobertas pelo seguro, correrão por conta da CONTRATADA.

7.1.6. Adotar um plano de qualidade a ser utilizado nos serviços que competem à obra contratada, que deve ser submetido à aprovação da CONTRATANTE, até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, com todos os detalhes pertinentes e o compromisso da estrita observância no transcorrer da obra e que fará parte integrante do presente contrato.

7.1.7. Contratar mão-de-obra de acordo com as necessidades dos serviços.

7.1.8. Concluir a implantação do canteiro de obras e do escritório da fiscalização da CONTRATANTE, até 30 (trinta) dias, a contar da emissão da Ordem de Início.

7.1.9. Manter, desde a efetivação do Contrato até sua conclusão, constante e permanente vigilância do local das obras, evitando sua invasão por terceiros, bem como danos ou prejuízos decorrentes de ação humana ou de animais sobre os materiais, equipamentos e serviços executados, cabendo-lhe toda responsabilidade por qualquer perda que venha a ocorrer.

7.1.10. A CONTRATADA é responsável por todos os custos e segurança dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE nenhum ônus por motivo de perdas, roubos ou despesas com seguro dos mesmos.

7.1.11. Contratar, com aprovação da SEHAB, técnicos de nível superior que atuarão junto à fiscalização de obras e apoio à regularização fundiária como interlocutores entre a população e a equipe de SEHAB, conforme o item 3. do TERMO DE REFERÊNCIA e PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

7.1.12. Contratar, com a aprovação da SEHAB, Técnicos de nível médio e auxiliares técnicos, conforme estabelecido no TERMO DE REFERÊNCIA, sem ônus para a CONTRATANTE.

7.1.13. Manter um veículo tipo GOL ou similar com motorista, combustível e estacionamento, à disposição e exclusivo para a fiscalização de SEHAB sem ônus para a CONTRATANTE.





7.1.14. Manter na direção dos trabalhos profissional de nível superior preposto, previamente aceito pela CONTRATANTE, habilitado a representá-la em tudo que se relacione com a execução do Contrato, devendo comunicar por escrito o nome e CREA deste preposto.

7.1.15. Conduzir os trabalhos de acordo com as normas técnicas, em estrita observância à legislação Federal, Estadual e Municipal e a quaisquer ordens ou determinações do Poder Público, devendo ainda, conduzir os trabalhos e o pessoal de modo a formar junto ao público uma boa imagem da CONTRATANTE e da própria CONTRATADA.

7.1.16. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste Contrato, de modo a conduzi-lo eficientemente, de acordo com as especificações estabelecidas nos documentos anexos, bem como nos prazos parciais e totais, previstos no Contrato, no Cronograma Geral e nos Cronogramas parciais.

7.1.17. A CONTRATADA é responsável pelo custo dos ensaios suplementares que forem exigidos pela CONTRATANTE, no sentido de atestar a qualidade e características dos materiais empregados ou dos serviços executados, em firmas ou entidades indicadas pela CONTRATANTE ou seus prepostos.




7.1.18. Liberação de serviços junto às Concessionárias correspondentes.

7.1.19. Fornecer todos os materiais, inclusive os equipamentos, máquinas e ferramentas, necessários à execução do objeto contratual de acordo com as especificações estabelecidas (item 1.5).


7.1.20. Transportar (vertical e horizontalmente), carregar e descarregar os materiais, equipamentos, máquinas e ferramentas.

7.1.21. Cumprir e fazer com que todo pessoal em serviço no local das obras observe os regulamentos disciplinares de segurança e higiene (Portaria n. 3214/78 - Ministério do Trabalho), NR-06 - Equipamento de Proteção Individual (EPI) e NR-18 - Condições e meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, com especial atenção para plataformas de proteção, bandejas externas e andaimes, mantendo o local de trabalho sempre limpo e organizado, de forma a permitir o perfeito andamento dos serviços.

7.1.22. Providenciar em 24 (vinte e quatro) horas contadas da comunicação, a retirada de qualquer preposto ou empregado cuja permanência nas atividades do escopo contratual for considerada inconveniente pela CONTRATANTE.



12





7.1.23. Realizar e apresentar mensalmente a programação das obras e serviços, a serem executadas, com indicação em planta das moradias que necessitam de remoção, sem ônus para a CONTRATANTE, feitas com a coordenação técnica física e social da SEHAB, cujo não cumprimento implicará na aplicação das penalidades previstas.

7.1.24 Providenciar a entrega, mensalmente à CONTRATANTE, de relatório sobre o andamento e execução dos serviços, planta com demarcação do serviço realizado no mês, bem como o acumulado dos meses anteriores e cronograma dos serviços realizado comparado ao proposto no Contrato.

7.1.25. Providenciar a entrega, mensalmente à CONTRATANTE, de fotografias tamanho 10 x 15 (dez por quinze) centímetros, em cores, em 2 (duas) cópias e arquivos digitais, indicando data de tomada e a denominação da obra, e que dêem a posição clara do estado e andamento da obra, sua localização e a descrição do aspecto que a fotografia saliente. Os locais de tomada das fotos deverão estar indicados na planta solicitada no item 7.1.24.

7.1.26. Permitir e facilitar à CONTRATANTE ou seus prepostos, oficialmente designados, o levantamento físico da força de trabalho (mão de obra e equipamentos), podendo esta, para todos os efeitos, fazer uso das informações coletadas e dos resultados apurados.

7.1.27. Reparar, corrigir, remover, substituir no todo ou em parte, os serviços objeto do presente, desde que se verifiquem defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.

7.1.28. Atender a todas as disposições do Decreto Municipal n. 46.380, de 26 de setembro de 2005, em especial a obrigatoriedade de:

- I - Utilização de produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal;
- II - Apresentação, pela CONTRATADA, em cada medição, como condição para recebimento das obras ou serviços de engenharia executados, dos seguintes documentos:
 - a) declaração de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, quando essa for a hipótese, acompanhadas das respectivas notas fiscais de sua aquisição;





b) no caso do uso de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa, em face do que estabelece o artigo 46 da Lei Federal n. 9.605, de 1998, devendo ser entregues à CONTRATANTE:

- 1 notas fiscais de aquisição desses produtos e subprodutos;
- 2- Original da 1ª (primeira) via da Autorização de Transporte de Produtos Florestais - ATPF, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- 3- Comprovante de que o fornecedor dos produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa encontra-se cadastrado no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

III - cumprimento, pela CONTRATADA, dos requisitos previstos nos incisos I e II do Art. 6º do Decreto Municipal n.º 46.380/05, sob pena de rescisão do contrato, com fundamento nos incisos I e II do artigo 78, e da aplicação das penalidades estipuladas nos artigos 86 a 88, todos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e da sanção administrativa de proibição de contratar com a Administração Pública pelo período de até 3 (três) anos, com base no inciso V do § 8º do artigo 72 da Lei Federal n. 9.605, de 1998, sem prejuízo das implicações de ordem criminal.

7.1.28.1. A CONTRATANTE encaminhará à unidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, da circunscrição administrativa correspondente a obra ou serviço de engenharia, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da medição, o original da 1ª (primeira) via da Autorização de Transporte de Produtos Florestais - ATPF, consoante modelo constante do Anexo li integrante do Decreto Municipal n. 46.380/05.

7.1.28.2. Caberá, ainda, à CONTRATANTE instruir os autos respectivos com a seguinte documentação:

- I- cópia da 1ª (primeira) via da Autorização de Transporte de Produtos Florestais - ATPF ou original da declaração de emprego de produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica;
- II - comprovante de que trata o item 3 da alínea "b" do inciso II, do art.6º do Decreto Municipal n. 46.380/05, no caso de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa;

  
14
JURÍDICO



III -original ou cópia autenticada das notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de madeira, tanto de origem nativa quanto de origem exótica;

IV - comprovante de recebimento, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, do original da 1ª (primeira) via da Autorização de Transporte de Produtos Florestais -ATPF, nos termos do § 1º, do art. 6º do Decreto Municipal n. 46.380/05.

7.1.28.3. A CONTRATADA deverá manter em seu poder cópia autenticada da 1ª (primeira) via da Autorização de Transporte de Produtos Florestais - ATPF, para fins de comprovação da regularidade perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

7.1.29. Atender a todas as disposições do Decreto Municipal n. 48.184, de 13 de março de 2007, em especial a obrigatoriedade de:

I - Apresentação pela CONTRATADA, em cada medição, como condição para recebimento, dos seguintes documentos:

- a) notas fiscais de aquisição desses produtos;
- b) na hipótese de o volume dos produtos minerários ultrapassar 3m³ (três metros cúbicos), cópia da última Licença de Operação do empreendimento responsável pela extração dos produtos de mineração, emitida pela Companhia de Tecnologia Saneamento Ambiental – CETESB, quando localizado no Estado de São Paulo, ou documento equivalente, emitido por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, no caso de empreendimentos localizados em outro Estado;

II - cumprimento, pela CONTRATADA, do requisito previsto no inciso I do “caput” do art. 6º do Decreto Municipal nº 48.184/07, sob pena de rescisão do contrato, com fundamento nos incisos I e II do artigo 78, e da aplicação das penalidades estipuladas nos artigos 86 a 88, todos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e da sanção administrativa de proibição de contratar com a Administração Pública pelo período de até 3 (três) anos, com base no inciso V do § 8º do artigo 72 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo das implicações de ordem criminal.

7.2. A CONTRATADA é responsável pela análise e estudos dos elementos técnicos fornecidos pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância de tais documentos. Caso a CONTRATADA constate quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá



comunicar o fato, por escrito, à CONTRATANTE para que tais defeitos sejam sanados, se procedentes forem.

7.2.1. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de desenhos que complementem ou substituam os apresentados no projeto, os quais deverão ser incorporados ao “as built”.

7.3. Os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativas e civis, decorrentes da execução dos serviços objeto deste Contrato, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

7.3.1. A CONTRADA deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.

7.3.2. A CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual.

7.3.3. A CONTRATANTE poderá reter a garantia da execução contratual, se constatada a existência de ação trabalhista movida por empregado da contratada em face da entidade pública, tendo como fundamento a prestação de serviços à CONTRATANTE durante a execução do referido contrato administrativo.

7.3.4. Ocorrendo a retenção mencionada no subitem anterior, o valor da garantia contratual retida poderá ser utilizado para depósito em juízo, nos autos da reclamação trabalhista, se a pendência não for solucionada (extinta a ação; garantido o juízo; ou excluída a entidade pública do polo passivo).

7.3.5. Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento da CONTRATANTE uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à multa, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, rescindir o contrato.

7.3.6. A multa aplicada nos termos do subitem anterior poderá ser descontada do pagamento do contrato ou da garantia contratual.

7.4. A CONTRATADA é responsável direta e exclusivamente pela execução da totalidade dos serviços objeto do presente Contrato, pela administração, coordenação dos mesmos e, conseqüentemente,





responderá criminalmente por todos os danos, perdas e/ou prejuízos que por dolo ou culpa, no exercício de suas atividades, venha direta ou indiretamente, provocar ou causar, por si ou por seus empregados, ou por empregados subcontratados, à CONTRATANTE ou a terceiros.

7.5. A CONTRATADA deverá manter permanentemente no local da obra, um Diário de Obras, no qual serão obrigatoriamente registradas pela CONTRATANTE e pela CONTRADA, todas as ocorrências da obra, tais como: serviços realizados, entrada e saída de materiais, anormalidades, não-conformidades, de modo a haver um completo registro de todos relativos à execução das obras.

7.6. A CONTRATADA deverá manter, no local da obra, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos abaixo, que constituirão o processo da obra, o qual deverá permanecer no canteiro durante toda sua execução.

7.6.1. Uma cópia do Contrato e dos documentos indicados no item 1.5.

7.6.2. As cadernetas de campo, os quadros resumo, os registros e controle e demais documentos administrativos das obras

7.6.3. Arquivo ordenado de relatórios, pareceres, cópias de correspondências trocadas com a CONTRATANTE, avaliações e medidas realizadas e demais documentos administrativos das obras.

7.6.4. Registros e autorizações.

7.6.5. Programação física especificada da obra, com a respectiva evolução e permanentemente atualizada, incluindo plantas e fotografias de acordo com o especificado nos subitens 7.1.24 e 7.1.25.

7.6.6. Registros semanais do número de operários e quinzenas dos equipamentos alocados à obra.

7.6.7. Coletânea das Normas Técnicas pertinentes à obra.

7.7. Os encarregados da obra serão pessoas de experiência, de idoneidade técnica e deverão permanecer na obra durante as horas de trabalho, além de estarem habilitados a prestar esclarecimentos pertinentes à mesma, quando solicitados pelos representantes da CONTRATANTE.

7.8. A CONTRATANTE se reserva o direito de contratar com outras empresas, simultaneamente e para o mesmo local, a execução de obras e serviços distintos daqueles abrangidos por este Contrato.





7.8.1. A CONTRATADA deverá permitir a introdução de pessoal, material e/ou equipamentos da área, necessários à execução desses serviços ou de concessionários de serviço público.

7.8.2. A CONTRATADA exonera, desde já, a CONTRANTE de toda e qualquer responsabilidade relativa a danos ou prejuízos que lhe sejam causados pelas empresas de que trata este item, ficando claro que tais responsabilidades são recíprocas e exclusivas das empresas contratadas.

7.9. Concluídas as obras e serviços, a CONTRATADA, após as comunicações da CONTRANTE, deverá remover todo o equipamento utilizado, o material excedente, os entulhos e as obras provisórias, entregando provisoriamente os serviços, o local e as áreas contíguas, em condições de limpeza e de uso imediato.

7.10. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, para as providências de ordem legal, quaisquer descobertas, materiais ou objetos, que possam apresentar interesses científicos, mineralógicos ou arqueológicos.

7.11. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, os comprovantes de responsabilidade técnica pela execução dos serviços junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (ART), Prefeitura Municipal de São Paulo e demais órgãos competentes até o 10º (décimo) dia corrido, contado a partir da emissão de Ordem de Início dos serviços.

7.11.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, as atualizações dos comprovantes de responsabilidade técnica pela execução dos serviços junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (ART) até o 10º (décimo) dia corrido do mês subsequente a qualquer alteração contratual de prazo e valor.

7.12. Fica desde já convencionado que a CONTRATADA cede e transfere à CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional, além dos previstos neste Contrato, a posse e propriedade sobre todos os documentos criados no âmbito do mesmo, podendo a CONTRATANTE fazer o uso que lhe convier.

7.13. Quando da execução dos serviços de terraplanagem, as jazidas e bota-foras a serem utilizados pela CONTRATADA, deverão ser submetidos à aprovação prévia da CONTRATANTE.

7.13.1. Os bota-foras, ou Aterros de Resíduos da Construção Civil, deverão estar licenciados pela CETESB.



7.13.2. A autorização para utilização de bota-fora proposto pela CONTRATADA considerará os custos decorrentes de transporte do material e eventual taxa cobrada pela administração dos Aterros, observando-se o Princípio da Vantajosidade para o município, podendo ocorrer alteração de bota-fora, caso se encontre alternativa mais econômica.

7.14. As áreas de jazidas e bota-foras previamente à sua utilização deverão ter suas seções transversais primitivas levantadas pela CONTRATADA e submetidas à aprovação da CONTRATANTE.

7.15. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.16. A CONTRATADA se obriga a executar um “check list” das condições de uso dos equipamentos de segurança e iluminação onde a Fiscalização verificará o funcionamento das instalações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1. Além das responsabilidades previstas neste Contrato e nos anexos que o integram, a CONTRATANTE obriga-se a:

8.1.1. Fornecer à CONTRATADA, todas as informações necessárias à execução dos serviços objeto deste Contrato.

8.1.2. Designar representante servidor para fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato.

8.1.3. Providenciar e executar todas as ações administrativas de sua exclusiva competência, relativas à execução dos trabalhos.

CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO, TRANSFERENCIA E SUBCONTRATAÇÃO

9.1. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir o presente Contrato, no todo ou em parte. Poderá subempreitar os serviços parcialmente, até o limite de 30% (trinta por cento), com o consentimento expresso da CONTRATANTE, dado por escrito, continuando, entretanto, a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais.

9.2. É vedada à CONTRATADA subcontratar qualquer parcela das obras sem autorização, prévia e por escrito, da CONTRATANTE. Não observadas estas disposições, incorrerá no disposto na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO.

9.3. À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pelos serviços por ela executados bem como pelos executados por terceiros subcontratados, não havendo desta forma, qualquer vínculo contratual entre a CONTRATANTE e eventuais subcontratadas da CONTRATADA.



9.4. As faturas emitidas por eventuais subcontratadas deverão estar sempre em nome da CONTRATADA, ficando expressamente vedada à emissão diretamente contra a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços objeto deste Contrato, a CONTRATANTE, através de seus funcionários ou de prepostos formalmente designados, se reserva o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços e para esse efeito, a CONTRATADA obriga-se a:

10.1.1. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE e seus prepostos garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

10.1.2. Atender prontamente às reclamações, exigências ou observações feitas pela CONTRATANTE ou seus prepostos, desfazendo, corrigindo ou reconstruindo, quando for o caso, à sua própria custa, os serviços que não obedeçam aos respectivos projetos, especificações, memoriais descritivos ou normas técnicas pertinentes.

10.1.3. Sustar qualquer serviço em execução, que comprovadamente não esteja sendo executado com a boa técnica, ou coloque em risco a segurança pública ou bens da CONTRATANTE ou ainda por inobservância e/ou desobediência às ordens ou instruções da CONTRATANTE, e seus prepostos, cabendo à CONTRATADA todos os ônus com a paralisação.

10.1.4. Notificar, à CONTRATANTE ou seus prepostos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.1.5. Notificar, à CONTRATANTE ou seus prepostos, todas as ocorrências e providências relativas ao plano de qualidade adotado para a obra, segundo o item 7.1.6 deste contrato.

10.2. A CONTRATANTE se fará representar no local das obras e serviços, por seu representante credenciado e na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes.

10.3. A CONTRATANTE poderá, sem prejuízo das suas atribuições de acompanhamento, contratar com profissionais, consultores ou empresas especializadas, o controle quali-quantitativo dos serviços,



assim como, o acompanhamento e desenvolvimento da execução, à vista das normas técnicas e dos projetos.

10.4. Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações relacionadas com a execução dos serviços, feitas pela CONTRATANTE ou seus prepostos à CONTRATADA ou vice-versa, nas hipóteses em que couber, somente produzirão efeitos vinculatórios desde que processados por escrito ou registradas no Diário de Obras.

10.4.1. As observações registradas no Diário de Obras, deverão ser assinadas pelo representante da CONTRATANTE e pelo preposto da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1. O objeto do Contrato será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que o integrem.

11.2. O Termo de Recebimento Provisório deverá ser lavrado mediante solicitação da CONTRATADA, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, através da Unidade Fiscalizadora, mediante Termo circunstanciado e assinado pelas partes nos termos do art. 50 do Decreto Municipal n. 44.279/03.

11.3. No caso da não aceitação provisória, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências para sanar os problemas constatados, no prazo fixado pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo da aplicação pela CONTRATANTE, das penalidades previstas contratualmente.

11.3.1. Caso as falhas não sejam corrigidas dentro do prazo fixado, a CONTRATANTE poderá entrar em Juízo, com a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das penalidades previstas.

11.4. A CONTRATANTE poderá, em caso de seu interesse e desde que não haja prejuízos dos serviços, aceitar parcialmente, para livre utilização imediata de quaisquer etapas, partes, serviços, áreas ou instalações da obra nos termos do Recebimento Parcial Provisório.

11.5. Para a emissão do Termo de Recebimento Provisório, a CONTRATADA deverá entregar a Planta Cadastral ("as built"), conforme especificado na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS e o cadastro das redes de águas e esgoto aprovados pela SABESP.





11.6. Decorrido o prazo de Observação das Obras de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento Provisório, o objeto do Contrato será recebido definitivamente por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, nos termos do artigo 51 do Decreto Municipal n. 44.279/03.

11.6.1. Para emissão do Termo de Recebimento Definitivo é necessário que a CONTRATADA apresente a comprovação da quitação do Imposto Sobre Serviços de Quaisquer Natureza - ISQN, Certidão Negativa de Débitos - CND do INSS e o de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, referente à obra contratada, na forma de legislação vigente.

11.7. A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos serviços executados, subsistirá na forma da lei mesmo após seu recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS

12.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de suspender temporariamente os serviços sempre que se fizer necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL.

13.1. A CONTRATANTE poderá rescindir de pleno direito o presente Contrato, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito à indenização, nos seguintes casos:

13.1.1. Atraso injustificado no início dos serviços a contar da data da emissão da Ordem de Início.

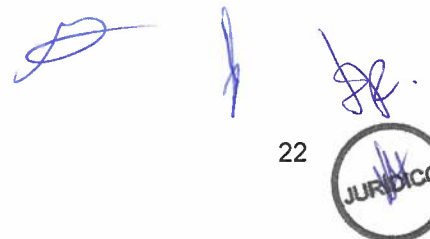
13.1.2. Paralisação dos serviços, sem comprovada justificativa apresentada à CONTRATANTE por escrito e por ela aceita.

13.1.3. Cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte.

13.1.4. Não atendimento à comunicação da CONTRATANTE, no sentido de afastar qualquer pessoal envolvido no desenvolvimento dos serviços.

13.1.5. Inobservância das normas ou especificações da CONTRATANTE.

13.1.6. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, transformação, fusão ou incorporação da CONTRATADA.



22

JURÍDICO



13.1.7. Imperícia, negligência, imprudência ou desídia na realização dos serviços contratados.

13.1.8. Caracterização de dificuldade financeira que venha a refletir em prejuízo ao andamento normal dos serviços.

13.1.9. Aplicação à CONTRATADA da pena de declaração de inidoneidade ou de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, ainda que em decorrência de falta cometida em outro procedimento administrativo, nos termos do parágrafo único do artigo 29 da Lei Municipal n. 13.278/02 e parágrafo único do artigo 52 do Decreto Municipal n. 44.279/03.

13.1.10. Inadimplemento reiterado com relação às obrigações trabalhistas, nos termos do subitem.

13.2. A CONTRATADA perderá em favor da CONTRATANTE, o direito à restituição da garantia contratual e das retenções, rescindido este Contrato com base em quaisquer das razões enumeradas em 13.1.

13.3. No caso da Rescisão ser resultante de inadimplemento contratual por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá ser indenizada de todos os prejuízos decorrentes da Rescisão.

13.4. Atendendo ao interesse público, a CONTRATANTE poderá promover a **Rescisão unilateral** do Contrato, nos termos da lei.

13.5. A CONTRATANTE, após notificar a CONTRATADA da Rescisão Contratual, tomará posse imediata de todas as obras e serviços executados e de todos os materiais existentes no canteiro de obras, devendo apresentar um relatório completo, historiando a Rescisão do Contrato, contendo uma avaliação detalhada das obras, serviços e materiais.

13.5.1. A avaliação acima citada deverá ser feita por uma Comissão a ser designada pela CONTRATANTE, e composta por 3 (três) membros escolhidos entre pessoas de reconhecida capacidade e idoneidade, sendo um representante da CONTRATANTE, outro da CONTRATADA, e o terceiro que a presidirá, entre pessoas alheias às partes.

13.5.2. A Comissão terá um prazo de 20 (vinte) dias a partir de sua constituição, para apresentação de seu relatório conclusivo, o qual servirá para acerto de contas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.





13.6. Nos casos de **rescisão amigável** do Contrato, a CONTRATADA fará jus apenas aos pagamentos nos termos da lei.

13.6.1. Desta forma, far-se-á o pagamento final, com mútua, plena e geral quitação no ato da assinatura do distrato.

13.7. Em caso de Recuperação Judicial da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá manter o Contrato se assim o entender conveniente, assumindo o mesmo e/ou o comando da totalidade ou parte dos serviços, ou ainda, transferir o remanescente do Contrato a outra empresa.

13.8. Rescindido o Contrato, a CONTRATADA tem um prazo de 10 (dez) dias, a contar do acerto de contas, para se retirar do canteiro de obras, e deixá-lo inteiramente desimpedido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA TOLERÂNCIA

14.1. Se, qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições do presente Contrato e/ou seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar, afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A CONTRATADA deverá realizar um levantamento cadastral ("as built") das obras, sem ônus para a CONTRATANTE, e para tanto deverá durante a execução dos serviços registrar e cadastrar as alterações ocorridas com relação ao projetado. Esse levantamento deverá estar amarrado em marcos RN's bem definidos.

15.2. Quando da conclusão das obras a CONTRATADA deverá entregar o Levantamento Cadastral ("as built") que deverá ser apresentado contendo:

15.2.1. Todas as informações anotadas durante a execução das obras e necessárias à visualização da situação real da área após a conclusão das obras, observando ainda, escala adequada, formatos padrão ABNT e articulação de folhas, quando pertinente.

15.2.2. Carimbo e legenda de acordo com o modelo da CONTRATANTE.

15.2.3. Planta geral elaborada conforme as normas de HABI Regularização visando à regularização urbanística e fundiária com o parcelamento da área em questão.



24





15.3. A CONTRATADA deverá encaminhar os desenhos do levantamento cadastral e projeto executivo, em 3 (três) cópias plotadas, assinadas e datadas pelo seu responsável técnico, e em arquivo digital dwg.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO FORO

16.1. Para dirimir qualquer questão que venha a ocorrer relativa ao Contrato, o Foro competente é o da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, devendo a parte vencida pagar à vencedora as custas, despesas extrajudiciais e demais combinações legais e contratuais.

16.1.1. Quaisquer quantias devidas à CONTRATANTE pela CONTRATADA, em decorrência deste Contrato, serão cobradas pelo rito de execução fiscal.

16.2. Os casos omissos deste Contrato serão regidos pela CONTRATANTE, de acordo com as normas da Lei Federal n. 8.666/93, e alterações posteriores, Lei Municipal n. 13.278/02 e Decreto Municipal n. 44.279/03 assim como legislação específica pertinente à matéria.

16.3. A CONTRATADA recolherá a importância relativa ao pagamento do preço dos serviços pela elaboração do presente Contrato.

E, por se acharem assim acordados, e após lido e achado conforme, firmam as partes este Contrato em 03 (três) vias, perante as testemunhas a seguir.

São Paulo, 25 de março de 2022

Elisabeth L França

ELISABETE FRANÇA

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO PROGRAMA MANANCIAS | SEHAB

Michel Matilde de Novaes

MICHEL MATILDE DE NOVAES

SOEBE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO S.A

Jorge Luis Bonfim Leite

JORGE LUIS BONFIM LEITE

CONSTRUTORA ETAMA LTDA

TESTEMUNHAS:

Rogério Ferreira da Fonseca
Rogério Ferreira da Fonseca
Diretor de Divisão Técnica
RF 840601-4
SEHAB

José Renaldo Ferreira
José Renaldo Ferreira
Assessor I
RF: 819.690-9
SEHAB